

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Leonardo Novais Santos

**A DUALIDADE ENTRE IDEOLOGIA POLÍTICA E PRAGMATISMO ECONÔMICO:  
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E COMERCIAIS ENTRE O  
GOVERNO BOLSONARO E A CHINA (2019-2022).**

**SÃO PAULO**  
**2024**

**Como o governo de Jair Bolsonaro conciliou a retórica política ideológica com  
o pragmatismo econômico nas relações diplomáticas e comerciais com a  
China durante o seu mandato (2019-2022)?**

Trabalho Final apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof.<sup>º</sup> Elaini Cristina Gonzaga da Silva.

SÃO PAULO

2024

**Resumo:** Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a China durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). O estudo investiga como o governo brasileiro, apesar de adotar uma retórica política ideologicamente alinhada à extrema direita global, manteve e até expandiu suas relações comerciais com a China, seu maior parceiro econômico. O trabalho examina as tensões diplomáticas geradas por declarações públicas de membros do governo, como as críticas à China durante a pandemia de COVID-19, e explora como o pragmatismo econômico prevaleceu em detrimento das divergências ideológicas. A pesquisa tem a natureza de ensaio, baseada na análise de discursos políticos, documentos oficiais e dados comerciais. Conclui-se que, embora o governo Bolsonaro tenha promovido um discurso político de confronto, as necessidades econômicas levaram a uma manutenção das relações comerciais entre os dois países, destacando a interdependência entre o Brasil e a China no cenário global.

**Palavras-chave:** Jair Bolsonaro, China, pragmatismo econômico, política externa, relações comerciais, ideologia.

**Abstract:** This essay aims to analyze the diplomatic and commercial relations between Brazil and China during Jair Bolsonaro's government (2019-2022). The study investigates how the Brazilian government, despite adopting a politically ideological stance aligned with the global far-right, maintained and even expanded its commercial ties with China, its largest economic partner. The research examines the diplomatic tensions caused by public statements from government officials, such as the criticism directed at China during the COVID-19 pandemic, and explores how economic pragmatism prevailed over ideological differences. This essay is based on political speeches, official documents, and trade data. It concludes that although the Bolsonaro administration promoted a confrontational political discourse, economic necessities led to the continuation of commercial relations between the two countries, highlighting the interdependence between Brazil and China in the global landscape.

**Keywords:** Jair Bolsonaro, China, economic pragmatism, foreign policy, trade relations, ideology.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Exportações Brasileiras em dólares destacando os cinco principais parceiros econômicos brasileiro no período de 1997 a 2024.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

CAST - Academia Chinesa de Tecnologia Espacial

CBERS - Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

CEBC - Conselho Empresarial Brasil-China

CIA - Agência Central de Inteligência

EUA – Estados Unidos da América

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero

LIO – Ordem Internacional Liberal

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Mercosul – Mercado Comum do Sul

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC – Plano de Ação Conjunta

PT – Partido dos Trabalhadores

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

1. 12. 33. 94. 155. 196. 21

## 1. INTRODUÇÃO

As relações internacionais do Brasil com a China, seu principal parceiro comercial, representam um dos pilares mais estratégicos da política externa brasileira no século XXI. Desde o início dos anos 2000, a crescente demanda chinesa por commodities, como soja, carne e minério de ferro, transformou o cenário econômico brasileiro, consolidando a China como o maior destino das exportações do Brasil. Em contrapartida, investimentos chineses em infraestrutura e energia têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento de setores estratégicos do país. Esse cenário de interdependência econômica, no entanto, passou por momentos de tensão e adaptação política durante o governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022) (TATSCH, 2011).

O governo Bolsonaro introduziu uma nova perspectiva nas relações bilaterais entre Brasil e China, caracterizada por uma retórica ideológica frequentemente alinhada à extrema direita global e por aproximações com governos como o dos Estados Unidos, especialmente durante o mandato de Donald Trump. O discurso adotado por membros do governo, incluindo o próprio presidente, muitas vezes refletia desconfiança em relação à China, vista como uma "ameaça" ou "predador" econômico. Declarações críticas sobre a gestão chinesa da pandemia de COVID-19, além de episódios envolvendo desconfiança em relação à tecnologia chinesa — como o caso da Huawei e o 5G — criaram um ambiente de incerteza nas relações diplomáticas (VIDIGAL, 2019).

Estudar as relações entre o governo Bolsonaro e a China é fundamental porque essas interações moldaram não apenas o comércio exterior brasileiro, mas também a sua política externa em um momento de transformação global. Ao analisar como a ideologia e o pragmatismo coexistiram nesse governo, podemos entender melhor o impacto dessas relações no desenvolvimento econômico e na inserção do Brasil no sistema internacional. Além disso, o trabalho busca preencher lacunas sobre a real influência das tensões políticas nas relações comerciais e como a aproximação de Bolsonaro com potências como os EUA influenciou a política externa brasileira em relação à China (HIRST, 2022).

No entanto, essas tensões políticas se contrastaram com um pragmatismo comercial contínuo. A China manteve-se como o principal destino das exportações brasileiras, especialmente no agronegócio, setor vital para a economia nacional (ROSITO, 2016). O Brasil, apesar das declarações negativas do governo, continuou a depender do mercado chinês para a venda de commodities e outros produtos essenciais. Esse aparente paradoxo — a retórica política anti-China e a realidade econômica de cooperação — levantou questões sobre as verdadeiras intenções e estratégias do governo Bolsonaro no campo da política externa (FIERRO, 2019).

Este trabalho propõe-se a investigar essa complexa relação, analisando as políticas externas e comerciais do governo Bolsonaro com foco nas suas interações com a China. Para tanto, a pesquisa será estruturada em três partes principais. Primeiro, será feito um resgate histórico das relações sino-brasileiras, abrangendo desde o período de aproximação durante o governo de Ernesto Geisel, nos anos 1970, até os recentes desdobramentos no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, estabelecendo o pano de fundo para as ações de Bolsonaro (VILLELA, 2004). Em seguida, o estudo examinará o impacto das alianças ideológicas de Bolsonaro com a extrema direita e como essas conexões influenciaram a postura diplomática do Brasil (HIRST, 2022). Por fim, será feita uma análise crítica da correlação entre as declarações políticas do governo e as políticas comerciais implementadas, destacando as continuidades e rupturas observadas.

Para realizar essa análise, apresenta-se um ensaio, baseada em uma combinação de revisão bibliográfica e análise de dados secundários. A pesquisa documental incluirá o estudo de declarações oficiais, discursos políticos, artigos de opinião e publicações governamentais, além de relatórios comerciais do Ministério da Economia e do Itamaraty. Fontes jornalísticas confiáveis também serão utilizadas para avaliar os impactos das tensões diplomáticas e comerciais. Além disso, dados sobre exportações e importações entre Brasil e China durante o governo Bolsonaro serão analisados para ilustrar as continuidades e rupturas nas relações comerciais, proporcionando uma visão crítica da correlação entre política externa e comércio.

Ao investigar esses pontos, o presente ensaio buscará compreender não apenas as contradições entre o discurso e as práticas comerciais de Bolsonaro, mas também os desafios e oportunidades que essa relação trouxe para o Brasil no cenário global. O trabalho visa, portanto, a contribuir para o debate sobre a política externa brasileira

contemporânea, oferecendo uma análise das estratégias adotadas por Bolsonaro e suas implicações para o futuro das relações sino-brasileiras.

## 2. RESGATE HISTÓRICO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS ENTRE BRASIL E CHINA

A rápida ascensão chinesa como grande potência econômica mundial deslocou os holofotes que, desde a dissolução da União Soviética em 1991, apontavam quase que exclusivamente para os Estados Unidos para o outro lado do globo. Buscando promover uma melhor compreensão e profundidade para a discussão acerca das relações políticas sino-brasileiras é oportuno um breve resgate histórico sobre as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e China.

Além disso, sendo uma das principais mudanças no cenário internacional no final do século passado, e de suma importância para a compreensão do *status* chinês nas relações exteriores brasileiras, é significativo entender de forma sucinta quais fatores justificam o desenvolvimento do país.

O histórico entre as potências asiática e latino-americana inicia-se no final do século XIX, período no qual o Brasil vivenciava o ciclo do café (1800 – 1930) sendo a principal atividade econômica do país, e responsável por grande parte da exportação brasileira. Na época, o governo brasileiro propôs ao governo chinês em enviar imigrantes ao Brasil para trabalharem nas lavouras de café. No entanto, o Estado asiático declinou a oferta brasileira, visto que o Brasil acabara de vivenciar seu processo de abolição da escravidão (1888) e pouca mudança na realidade, o governo ficou com medo de que os imigrantes chineses que chegassem ao país pouco se diferenciassem da ainda presente mão de obra escrava (VILLELA, 2004).

Após o primeiro contato entre os países, a relação entre ambos se limitou à diplomacia até 1949, com a ascensão de Mao Tsé-Tung (1949 – 1959), e a fundação da República Popular da China alinhada e apoiada pelo governo comunista soviético. Após estes acontecimentos o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a China continental, culminando no encerramento do consulado em Xangai, tal atitude brasileira se deve ao contexto internacional da época, onde EUA e URSS disputavam o poder durante a Guerra Fria. Como consequência, o governo brasileiro, por sua vez,

influenciado pelos Estados Unidos, adota o rompimento com a China como a melhor alternativa política no momento (VILLELA, 2004).

As relações sino-brasileiras seriam retomadas durante a Ditadura Militar durante o governo de Ernesto Geisel (1974 – 1979), período no qual a política externa brasileira se caracterizou por uma postura mais independente e diversificada nas relações internacionais. Observa-se dessa forma um notável episódio de reaproximação política entre o Brasil e a China a partir do início da década de 1970. Até que em 1974 há a reabertura para o estabelecimento de laços diplomáticos com a República Popular da China, movimento que marcou uma decisiva mudança na orientação política brasileira. Esta iniciativa, que se traduziu na reafirmação de relações bilaterais, simbolizada pelo restabelecimento da presença diplomática brasileira em Pequim, refletiu a intenção de ampliar parcerias e reduzir a dependência histórica das potências ocidentais, notadamente os Estados Unidos. Essa readaptação estratégica evidenciou uma abordagem pragmática e multilateral na arena internacional, alinhada à busca por novas oportunidades econômicas e comerciais em um cenário global em constante transformação (VILLELA, 2004).

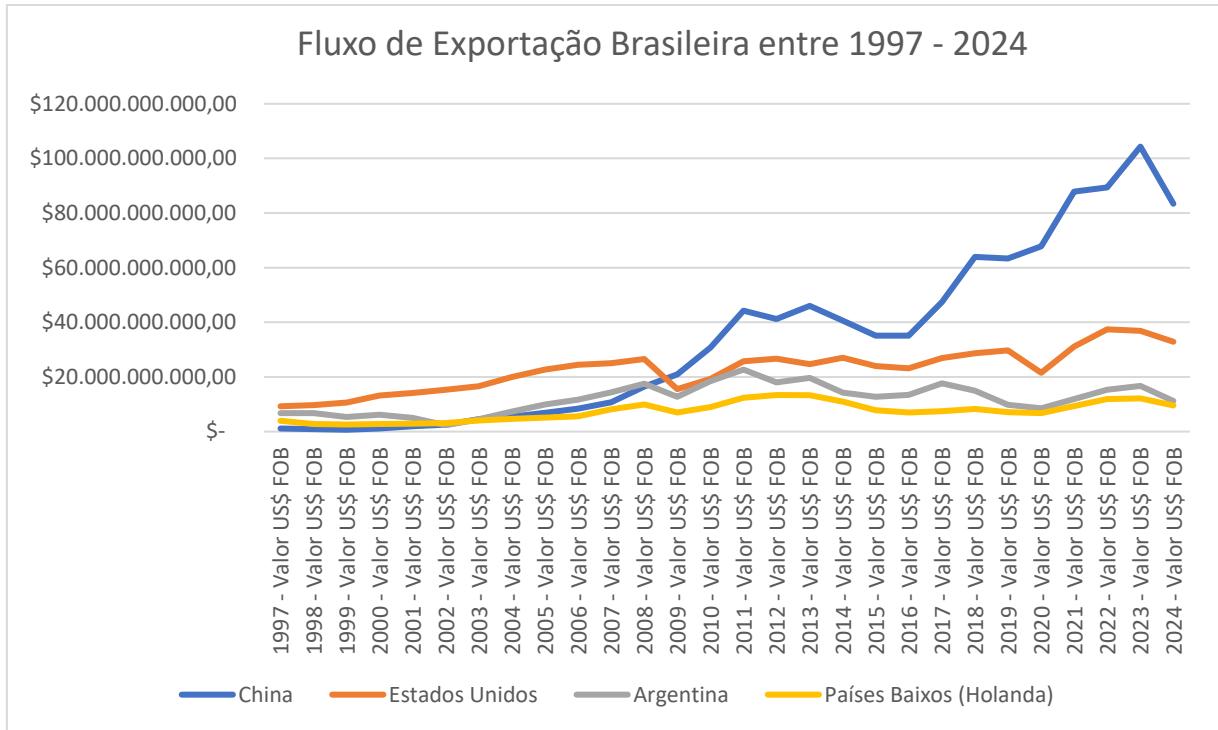
Diante desse contexto de maior proximidade entre as duas potências surge, em julho de 1988, o Programa Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) visando o desenvolvimento para construção de satélites de sensoriamento remoto, tal colaboração engloba tanto o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) quanto o Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST). Diante desse cenário as políticas entre os dois Estados foram se estreitando durante o final do século XX (LIMA, 2016).

Com a virada do milênio, novas oportunidades foram projetadas entre os dois países, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência brasileira (2003 – 2010), observou-se uma consolidação e ampliação substancial das relações políticas entre o Brasil e a China, caracterizando uma mudança significativa na dinâmica bilateral entre os dois Estados. A abordagem diplomática adotada durante o governo Lula refletiu uma pragmática orientação nas relações internacionais brasileiras, notadamente no que tange à diversificação dos parceiros comerciais e o ímpeto nas relações Sul-Sul (FIERRO, 2019). Em concordância a posição adotada, o presidente evitava abordar os temas sobre os movimentos de independência do Tibet e Taiwan, e demonstrou-se adepto a política de “uma só China”. (TATSCH, 2011).

Nesse contexto, a República Popular da China emergiu como um protagonista central, motivada pelo vigoroso crescimento econômico chinês e a consequente demanda por *commodities*, consolidando-se como um parceiro estratégico. Com a China ascendendo à posição de destino primordial das exportações brasileiras, especialmente no que concerne produtos como soja, minério de ferro e petróleo. Adicionalmente, aprofundaram-se investimentos chineses no Brasil em setores estratégicos, a exemplo de energia e infraestrutura, no território brasileiro (TATSCH, 2011).

Além disso, a consolidação do relacionamento sino-brasileiro também se manifestou por meio de fóruns bilaterais, como por exemplo o Fórum de Cooperação e Desenvolvimento Econômico Sino-Brasileiro, viabilizando discussões abrangentes acerca de questões políticas, econômicas e sociais. Somado a isso, a colaboração em fóruns multilaterais, notavelmente os BRICS (*Brazil, Russia, India, China, South Africa*), forneceu uma plataforma adicional para aprofundamento do diálogo e cooperação. A esfera de colaboração abrangeu setores específicos, incluindo energia, agricultura, tecnologia e ciência. Acordos bilaterais e projetos conjuntos foram implementados com o intuito de facilitar a transferência de tecnologia e promover a cooperação em áreas estratégicas, consolidando assim um período de estreitamento e fortalecimento das relações políticas sino-brasileiras sob o governo Lula. Este período representou uma transição nas relações internacionais brasileiras, marcada por uma busca deliberada por uma política externa mais autônoma e diversificada, afastando-se de históricas dependências em relação aos Estados Unidos (ROSITO, 2016).

O gráfico abaixo (gráfico 1) demonstra o valor, em dólares, exportado pelo Brasil entre 1997 e 2022 pelos quatro principais parceiros econômicos brasileiros:



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Analizando o conteúdo exposto pelo gráfico é notável que o proposto pela política externa do governo Lula foi atendido, ao passo que durante seu governo o Brasil diminui a dependência dos EUA em suas exportações. E como consequência desse processo de descentralização, em 2009, a China supera os estadunidenses como principal parceira econômica, muito em virtude também do rápido crescimento chinês. (ROSTITO, 2016).

Diante desse contexto, em 2010, durante uma visita oficial do presidente Lula à China é assinado o Plano de Ação Conjunta (PAC), com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais entre os dois Estados (BRASIL, 2010). Segundo o documento oficial, disponibilizado no site do Itamaraty, o PAC destacou-se pela busca do equilíbrio na balança comercial, dada a predominância de exportação de commodities brasileiras, como soja e minério de ferro, frente à importação de produtos industrializados chineses. No campo dos investimentos, o plano fomentava a presença de investimento chinês no Brasil, sobretudo em infraestrutura e energia, enquanto encorajava a entrada de empresas brasileiras no mercado chinês, promovendo uma relação mais equilibrada e benéfica. No âmbito científico e tecnológico, o PAC destacava-se pelo incentivo à inovação e à pesquisa conjunta,

consolidando iniciativas como o Programa CBERS, símbolo da cooperação bilateral. Além disso, reforçava o compromisso de Brasil e China em atuar conjuntamente em fóruns multilaterais, como o G20 e o BRICS, abordando temas de governança global, desenvolvimento sustentável e coordenação política.

O Plano de Ação Conjunta consolidou o status da China como um parceiro estratégico para o Brasil e representou um marco nas relações bilaterais. O PAC auxiliou a estruturar uma cooperação de longo prazo entre os dois países, estabelecendo as bases para o aprofundamento de suas relações econômicas, políticas e tecnológicas nos anos seguintes (FIERRO, 2019).

Com a ascensão da presidente Dilma Rousseff (2011 – 2016), ao cargo de presidente *a priori* não houve grandes mudanças as políticas praticadas durante o governo Lula, ou seja, foi focalizado tanto as políticas de cooperação Sul-Sul, por exemplo o fortalecimento do Mercosul, quanto na busca por protagonismo nos fóruns multilaterais. Todavia, diferente do governo anterior, Dilma adotou uma abordagem mais discreta e pragmática com menos presença em viagens internacionais e uma atenção menor à política externa. Em 2014, com a intensificação da crise econômica e política interna, a atuação internacional do Brasil perdeu força e o país começou a enfrentar um recuo diplomático, o cenário de crise econômica e política contribuíram para a retração da política externa (SILVA, 2022).

Com o impeachment de Dilma e a posse de Michel Temer (2016 – 2018), iniciou-se um período de transição na política externa brasileira. Temer buscou redefinir as prioridades externas do Brasil, afastando-se da ênfase na integração regional e na cooperação Sul-Sul, que haviam sido marcas dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Sob a liderança dos chanceleres José Serra e Aloysio Nunes, a política externa de Temer privilegiou as relações bilaterais com países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e a Europa, e teve um enfoque maior em acordos comerciais. No plano regional, o Brasil adotou uma postura mais distante das organizações regionais como a UNASUL e questionou a participação da Venezuela no Mercosul. Essa nova orientação foi marcada por uma abordagem liberal, com foco na abertura econômica e uma menor ênfase no multilateralismo (SILVA, 2022).

Como afirmado anteriormente, o substancial crescimento econômico observado na República Popular da China, a partir da década de 1990, é resultado de uma cascata de fatores interdependentes, cujo impacto se estende por diversas esferas econômicas e políticas. No epicentro desse fenômeno encontram-se as reformas

econômicas empreendidas durante esse período, notadamente sob a tutela de Deng Xiaoping (1978 – 1992). Tais reformas delinearam a transição do país de uma economia planificada para um sistema socialista de mercado, instaurando um ambiente propício à abertura para o investimento estrangeiro e ao estímulo do setor privado (HOLANDA, 2016).

A atração de investimento estrangeiro direto desempenhou papel crucial nesse panorama de crescimento, com corporações multinacionais buscando capitalizar as vantagens oferecidas pela mão de obra relativamente acessível e pelo vasto mercado consumidor chinês. Nesse contexto, a China consolidou sua posição como um relevante exportador global, principalmente nos produtos manufaturados, explorando sua força de trabalho numerosa e economicamente competitiva para a produção de uma ampla gama de bens. (HOLANDA, 2016).

Diante desse contexto, o alto investimento em infraestrutura, incluindo estradas, ferrovias, portos e aeroportos, não apenas facilitou o transporte eficiente de mercadorias, mas também estimulou atividades econômicas em diversas regiões do país. Políticas monetárias e fiscais hábeis, voltadas para o controle da inflação e a promoção da estabilidade financeira, complementaram esse cenário propício ao crescimento (HOLANDA, 2016).

O desenvolvimento robusto do setor manufatureiro, impulsionado por investimentos substanciais, contribuiu significativamente para a criação de empregos e o aumento da produção. Simultaneamente, o processo massivo de urbanização e migração de populações do campo para as cidades propiciou um aumento na demanda por bens e serviços, gerando um ciclo de crescimento econômico (HOLANDA, 2016).

A diligência da República Popular da China na busca por recursos naturais, a fim de sustentar seu ritmo de expansão econômica, manifesta-se mediante a implementação de estratégias globais, entre as quais se destaca a celebração de acordos comerciais e a realização de investimentos internacionais. Esta estratégia desempenha um papel crucial na garantia do fornecimento ininterrupto de matérias-primas, essenciais para sustentar os pilares do desenvolvimento econômico chinês. No contexto da ascensão do relacionamento político e econômico entre a China e o Brasil, percebe-se uma correlação intrínseca com essa abordagem global.

O Brasil, como fornecedor significativo de recursos naturais, emerge como um ator central nesse cenário, estabelecendo-se como parceiro estratégico para a China na

consecução de seus objetivos econômicos. A dinâmica desse relacionamento transparece em acordos bilaterais abrangentes, particularmente nos setores agrícola, mineral e energético, refletindo uma cooperação que atende aos interesses mútuos das nações envolvidas. A China, ao importar consideráveis quantidades de *commodities* brasileiras, e o Brasil, por sua vez, ao receber investimentos chineses em infraestrutura e outros setores, experienciam uma interdependência econômica que contribui para o desenvolvimento sustentado (ROSTITO, 2016).

Diante dessa perspectiva, a inserção chinesa na política brasileira contemporânea representa um desdobramento natural da interdependência econômica estabelecida entre as duas nações. À medida que a China se torna um ator central nas transações comerciais e investimentos no Brasil, observa-se uma dinâmica complexa que transcende as fronteiras puramente econômicas.

A influência chinesa na política brasileira é tangível, refletindo-se em ajustes estratégicos e tomadas de decisão que consideram a relevância da parceria sino-brasileira. A China, ao continuar a desempenhar um papel crucial na satisfação de suas necessidades de recursos naturais por meio do Brasil, molda indiretamente as políticas e prioridades do governo brasileiro.

### **3. GOVERNO BOLSONARO E SUA RELAÇÃO COM A EXTREMA DIREITA**

Esta seção tem como desígnio examinar a política externa implementada pelo governo presidido por Jair Bolsonaro, durante o período compreendido entre 2019 e 2022, e sua relação com a extrema direita. O escopo da análise engloba as decisões estatais, sejam elas através de meios oficiais, como uma declaração oficial, ou por meios informais, como as redes sociais, e que respaldaram determinados interesses. Para essa finalidade, serão empregadas fontes acadêmicas e jornalísticas, enquadrando a discussão em um contexto temporal específico que fundamentará as avaliações em relação ao governo Bolsonaro.

A fim de aprofundar a compreensão do tema em análise, torna-se relevante introduzir o conceito fundamental de Política Externa, que pode ser definida como um conjunto de princípios, ideologias e políticas que orientam as ações internacionais de um Estado. Essa abordagem reflete integralmente as ideologias que um país adotará

na arena internacional (LISBOA; POZO, 2021). Como uma política pública, a política externa envolve decisões, projetos e medidas tomadas pelo governo, com o propósito de orientar suas atividades no exterior (SOUZA, 2006). Nessa perspectiva, é possível inferir que a política externa é constituída por componentes que facilitam a interação entre as nações.

Jair Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018, rapidamente disseminou sua orientação política, a qual, em diversos momentos, esteve alinhada com a extrema direita (HIRST, 2022). Durante sua campanha eleitoral, seu objetivo era inaugurar uma nova era para o Brasil, pautada na celebração de acordos comerciais com atores globais de relevo, de forma que a representar uma ruptura nas relações Sul-Sul. Tais posições refletiram nas políticas externas adotadas. Com sua chegada ao governo, Jair Bolsonaro gerou debates e incertezas em relação às políticas que seriam implementadas pelo país (FIERRO, 2019).

Visando uma discussão mais aprofundada para essa análise, é crucial compreender a história da extrema direita e seu ressurgimento recente. No capítulo 1 da obra "A Extrema Direita Hoje," intitulado "História," de Cas Mudde, o autor explora a trajetória da extrema direita desde o período pós-Segunda Guerra Mundial (1945) até o início do século XXI (2000). Nesse contexto, Mudde divide a evolução da extrema direita em quatro momentos distintos. O primeiro momento, denominado "Neofascismo," abrange o período de 1945 a 1955, no qual a ideologia fascista, apesar de rejeitada publicamente devido aos horrores da guerra, se adaptou ao novo contexto global, fortemente influenciado pela Guerra Fria. No entanto, alguns grupos de extrema direita persistiram em partes da Europa, buscando revitalizar suas ideologias. Esses grupos eram compostos por indivíduos que compartilhavam visões ultraconservadoras, nacionalistas e autoritárias (MUDDE, 2022).

Notadamente durante a década de 1960, houve um aumento da contestação política e social em várias partes do mundo, e movimentos de extrema direita surgiram em resposta a essas mudanças, frequentemente expressando ressentimento em relação às transformações culturais e sociais em curso. Isso trouxe à tona questões relacionadas à imigração e à identidade nacional, associadas a crises econômicas, que também alimentaram o apoio a grupos de extrema direita em alguns países (MUDDE, 2022).

A partir da década de 1980, ocorreram mudanças significativas no cenário político, social e econômico em todo o mundo, incluindo a queda da União Soviética,

consolidação da União Europeia e a expansão da democracia em muitos países. No entanto, essas mudanças também trouxeram desafios, como o processo da globalização econômica, que gerou incertezas e inseguranças para muitos indivíduos, especialmente aqueles que enfrentaram desemprego, desigualdade e perda de identidade cultural. A direita radical frequentemente explorou essas preocupações, promovendo sua agenda política. Nesse período, vários partidos e movimentos de direita radical surgiram em diferentes países, caracterizando-se por sua retórica nacionalista, anti-imigração, antiglobalização e *anti-establishment*. Esses grupos apelavam para o ressentimento e medo, muitas vezes atribuindo problemas econômicos e sociais a fatores como imigração, integração europeia, multiculturalismo e globalização. De acordo com o autor, durante esse período, os partidos radicais ao redor do mundo aumentaram quase sete vezes o número de votos recebidos (MUDDE, 2022).

No início do século XXI, a extrema direita experimentou um ressurgimento significativo em muitos países ao redor do mundo, o que Cas Mudde (2022) denomina de "Quarta Onda." Esse ressurgimento foi impulsionado por uma combinação de fatores, incluindo a globalização, mudanças econômicas, desafios relacionados à imigração e reações às políticas de integração e multiculturalismo. Embora tenha surgido em diferentes países e continentes, essa onda de extrema direita compartilha uma agenda nacionalista, um foco na manutenção da soberania, uma certa desaprovação em relação à globalização e uma ênfase nas questões econômicas (MUDDE, 2022).

Dentre as características e ideais da extrema direita, incluem-se a limitação ou exclusão de direitos e benefícios para pessoas de diferentes nacionalidades, postura ultraconservadora, extremismo, preconceito, xenofobia (por exemplo com restrição a imigração), nacionalismo extremo, política econômica neoliberal e antiglobalização. Além disso, essa orientação política também é considerada elitista e antidemocrática, defendendo um Estado forte e autoritário (OLIVEIRA, 2019).

Diante desse contexto, e retomando ao caso em destaque, a política externa conduzida pelo governo Bolsonaro, no período entre 2019 e 2022, foi objeto de discussões em vários momentos no cenário internacional, especialmente devido às relações entre o presidente e a extrema direita. Tal posicionamento caracterizou, por um conjunto de pontos de convergência, a ideologia da extrema direita. Esta análise

identifica alguns elementos notáveis que definem essas semelhanças ideológicas e políticas.

Em primeiro lugar, o governo Bolsonaro enfatizou um nacionalismo religioso, defendendo a soberania brasileira e aprimorando a ideia de que o Brasil deve zelar pelos seus próprios interesses nacionais, em contraposição a pressões externas. O presidente frequentemente enfatizava a importância de proteger a soberania nacional e os setores estratégicos da economia brasileira, como evidenciado no *slogan* de sua campanha "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.", destacando a priorização da nação sobre outras considerações, como a cooperação internacional. Somado ao fato da constante presença dos "valores cristãos", destacando o nacionalismo religioso e que aproximaram o governo brasileiro a outros semelhantes como da Hungria e Israel (CASARÕES, 2021).

Em consonância com essa perspectiva, observa-se um conservadorismo social marcante, com o presidente Bolsonaro mantendo posições conservadoras em questões de relevância social, incluindo oposição aos direitos LGBT, defesa da família tradicional e adesão a princípios pró-vida no debate sobre o aborto.

Além disso, o governo adotou uma política de segurança mais rigorosa, procurando estabelecer uma presença policial mais incisiva e uma abordagem mais enérgica no enfrentamento do crime. Também se destacou por sua postura restritiva em relação à imigração, embora o Brasil não seja tradicionalmente um destino de imigração em larga escala. O governo de Bolsonaro demonstrou preocupações com a questão da imigração e promoveu políticas que restringiam a entrada de refugiados e imigrantes.

A política de armamento desempenhou um papel significativo na agenda presidencial, com a defesa do direito dos cidadãos à posse de armas de fogo e medidas facilitadoras da aquisição de armamentos no Brasil. Ademais, observou-se uma postura de reticência em relação a acordos internacionais de cunho ambiental, especialmente no que diz respeito à Amazônia, onde políticas de desenvolvimento e preservação ambiental menos rígidas geraram preocupações em relação ao desmatamento e à proteção do meio ambiente.

Outra característica das políticas comerciais externas do governo Bolsonaro foi a ênfase em acordos comerciais bilaterais em detrimento de acordos multilaterais. Isso reflete uma visão nacionalista, unilateral e antiglobalização, na qual o governo buscava negociar diretamente com outros países para obter condições comerciais

mais favoráveis. Nessa perspectiva, a política externa de Bolsonaro se afastou drasticamente da tradição brasileira de apoio à Ordem Liberal Internacional (LIO), uma estrutura que promove o multilateralismo, a cooperação internacional e a defesa dos direitos humanos (CASARÕES, 2021), adotando uma postura de oposição direta ao LIO, acusando-a de promover valores que consideravam contrários à soberania brasileira. O governo associava o LIO ao “globalismo” — um conceito definido por eles como um conjunto de políticas que ameaçam a cultura nacional e os valores tradicionais (CASARÕES, 2021).

Durante o mandato do governo de Jair Bolsonaro, o presidente buscou a construção de uma nova identidade nacional brasileira, com o objetivo moldar a identidade nacional para influenciar a política externa, essa identidade é caracterizada pelo anti-globalismo, nacionalismo religioso e pelo conservadorismo, em contraste com o liberalismo e o secularismo da ordem internacional. Sendo fundamentada na defesa de uma sociedade cristã, oposta ao que o governo classificava como “marxismo cultural” e “ameaça globalista”, promovendo valores que destacam a defesa da “soberania nacional” acima dos compromissos internacionais de direitos humanos e sustentabilidade (CASARÕES, 2021).

Essas atitudes foram evidenciadas em relação a um dos principais aspectos das políticas comerciais externas do governo Bolsonaro: o liberalismo-conservador. O presidente adotou uma postura de defesa dos interesses nacionais, visando a proteção da indústria nacional e a redução da dependência do país em relação às importações. Isso se refletiu em medidas protecionistas como a imposição de tarifas sobre produtos específicos importados e a implementação de políticas para incentivar a produção doméstica. Essas políticas protecionistas se alinham com a visão da extrema direita, não apenas devido à política em si, mas também à retórica frequentemente utilizada para implementá-la, a qual defendia que a proteção da economia nacional contra influências externas preservaria empregos e a identidade nacional.

A título de exemplo, Jair Bolsonaro em entrevista ao Jornal Opção, em setembro de 2015, enquanto ainda era deputado, referiu-se à situação dos imigrantes da seguinte maneira:

"Não sei qual é a adesão dos comandantes, mas, caso venham a reduzir o efetivo [das Forças Armadas], é menos gente nas ruas para enfrentar os marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo o que é considerado indesejável do mundo, que, agora, está chegando, inclusive os sírios. A escória do mundo está chegando ao Brasil como se não tivéssemos

problemas demais para resolver." (BOLSONARO, Jair. Entrevista ao Jornal Opção. 2015)

Ademais, devido às dificuldades em conquistar o nordeste brasileiro, as manifestações de Bolsonaro frequentemente revelavam preconceitos regionais, como quando declarou: "Lula venceu em 9 dos 10 estados com maior taxa de analfabetismo." Isso demonstra que a identidade nacional defendida pelo presidente não abrangia toda a população brasileira, além disso comprova o fato de que seu nacionalismo era utilizado apenas como ferramenta política.

Por último, a abordagem comunicacional do presidente Bolsonaro frequentemente adotou uma retórica populista, destacando-o como um "*outsider*" que combatia as elites políticas tradicionais em nome do povo. Esses elementos se combinaram para definir o governo de Bolsonaro como uma administração que compartilhava afinidades ideológicas e políticas com a extrema direita em diversos aspectos.

De acordo com Medeiros e Gonçalves (2019), o presidente Bolsonaro afirmou que sua plataforma de campanha para a presidência não tinha conotação ideológica. No entanto, como observado acima, suas ações como chefe de Estado revelaram uma postura alinhada com a extrema direita. Foram observadas diversas mudanças significativas na política externa brasileira durante o seu mandato, com implicações internas e externas. Essa postura se refletiu em uma abordagem mais protecionista e nacionalista, visando a proteção dos setores considerados estratégicos para o país em detrimento das relações comerciais internacionais, priorizando os interesses econômicos e estratégicos do Brasil e a busca por acordos comerciais bilaterais em vez de acordos multilaterais (MEDEIROS; GONÇALVES, 2019).

Em conclusão, a análise da política comercial externa do governo de Jair Bolsonaro durante o período entre 2019 e 2022 revela uma série de características e tendências que refletem afinidades ideológicas com a extrema direita. O governo Bolsonaro enfatizou um nacionalismo vigoroso, adotou políticas conservadoras em questões sociais, promoveu uma postura mais rígida em relação à segurança pública e demonstrou reticência em relação a acordos multilaterais e à cooperação internacional em questões ambientais. Esses elementos, juntamente com a abordagem protecionista e o populismo retórico, contribuíram para a percepção de uma orientação política que compartilhava semelhanças com a ideologia da extrema direita.

Além disso, a contextualização histórica da evolução da extrema direita em diferentes momentos, conforme apresentada na obra de Mudde (2022), ressalta o ressurgimento da extrema direita no século XXI, em meio a desafios econômicos, mudanças sociais e políticas globais. Esse ressurgimento não é único ao Brasil, mas parte de uma tendência global na qual a extrema direita tem explorado questões como imigração, nacionalismo e antiglobalização para ganhar apoio. O governo Bolsonaro incorporou elementos dessa tendência em suas políticas, gerando debates e incertezas tanto no âmbito nacional quanto no internacional (MUDDE, 2022).

No entanto, a classificação de um governo como "extrema direita" pode ser complexa e sujeita a interpretações variadas. A análise aqui apresentada identifica áreas de convergência ideológica, mas não define de maneira absoluta o governo Bolsonaro como sendo de extrema direita. A política é um campo dinâmico e multifacetado, e as políticas de um governo são influenciadas por uma variedade de fatores. Portanto, a avaliação precisa levar em conta a complexidade das políticas adotadas, bem como seu impacto na sociedade e na economia brasileira.

#### **4. DIVERGÊNCIAS ENTRE O DISCURSO POLÍTICO E AS PRÁTICAS DE POLÍTICA EXTERNA E COMERCIAL NAS RELAÇÕES COM A CHINA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO**

Aprofundando-se na análise do posicionamento do governo Bolsonaro em relação à República Popular da China revela uma postura distinta em comparação à governos anteriores. No decorrer desta seção será proposto o debate sobre a divergência entre o discurso e as práticas adotada com a China durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, de forma a evidenciar momentos em que o discurso esteve desalinhado com a política externa adotada.

Diante desse contexto, torna-se essencial a definição de Política Externa, que pode ser compreendida como um conjunto de princípios que norteiam as ações internacionais de um governo, envolvendo políticas que regulam as interações com o ambiente externo. Essa atuação é caracterizada pela soma das relações externas oficiais, conduzidas predominantemente pelo Estado, e que se situam na interseção entre o ambiente interno e externo, influenciadas tanto por fatores domésticos quanto

internacionais. A política externa se diferencia das relações internacionais por ser exclusivamente uma atividade governamental e das políticas públicas pelo fato de possuir um componente internacional essencial para sua efetivação (LISBOA; POZO, 2021).

Vale ressaltar que nenhum governo, ou presidente, anterior havia suscitado questionamentos sobre a relevância da China na política externa brasileira (VIDIGAL, 2019). Contudo, algumas ações de Bolsonaro como, por exemplo, em 2018, sua visita a Taiwan introduziu uma nota de incerteza ao desafiar o princípio de "uma só China", defendidos desde o governo Lula, uma vez que a China considera Taiwan uma província separatista, gerando uma insegurança até então não evidenciada nas interações com sino-brasileiras. Em um momento posterior a embaixada chinesa no Brasil soltou uma nota oficial sobre esse caso se referindo como uma profunda preocupação (FIERRO, 2019).

Ademais, a aproximação política de Bolsonaro com a administração Trump, ocasionou a assimilação de elementos da política externa dos Estados Unidos, como o diálogo com Taiwan e a percepção da China como uma ameaça (VIDIGAL, 2019). Na mesma medida, era moldado as características principais do governo Bolsonaro na PEB, como o antagonismo ao multilateralismo, que ocasionou em certa medida um isolacionismo brasileiro no cenário internacional (HIRST, 2022).

Nesse cenário, o diálogo bilateral entre Brasil e China, durante o governo Bolsonaro, testemunhou uma dinâmica atípica de distanciamento após décadas de entendimento positivo. Apesar de, ao longo dos últimos 30 anos, a China ter se estabelecido como o principal parceiro comercial do Brasil, as relações enfrentaram turbulências em virtude das declarações de Bolsonaro, que retratou a China como um "predador" econômico (VIDIGAL, 2019). Nesse contexto, devido as duras posições do governo brasileiro, observou-se quase um confronto diplomático aberto entre os dois Estados (FIERRO, 2019).

O programa do governo de Bolsonaro, caracterizado pela subordinação aos Estados Unidos das relações internacionais em detrimento de considerações econômicas e políticas, evidenciou certo isolamento em relação à China. Somado a isso, a valorização de democracias como EUA, Israel, Itália, Hungria e Polônia, e a decisão de evitar acordos comerciais prejudiciais ao Brasil. Ainda que a China tenha prontamente respondido às preocupações de Bolsonaro, enfatizando a importância do comércio bilateral e dos investimentos chineses, a visita de Bolsonaro a Taiwan

gerou uma resposta contundente, sendo considerada uma afronta à soberania chinesa (VIDIGAL, 2019).

Como mencionado anteriormente, o governo Bolsonaro em diversos momentos flertou com a extrema direita e, em certa medida, isso foi notado na PEB em momentos de aproximação com governos

Apesar disso, após a posse de Bolsonaro, mesmo que diante de manifestações iniciais de desconfiança em relação à China, resultou na normalização das relações bilaterais, influenciada por pressões de setores econômicos, a intervenção de Hamilton Mourão e críticas veiculadas na mídia. A visita de Mourão à China, em maio de 2019, foi interpretada como um marco na superação das desconfianças iniciais, durante a qual o vice-presidente expressou preocupações com a falta de transparência de algumas empresas chinesas, como a Huawei. Mourão, adotando uma abordagem pragmática, considerou mais relevante o papel da China como principal parceiro comercial do Brasil nos últimos dez anos, destacando o potencial para a expansão dos negócios bilaterais. Portanto, o governo Bolsonaro pareceu não priorizar considerações mais amplas relacionadas à pauta comercial, transferência de tecnologia ou dimensão estratégica nas relações com a China (VIDIGAL, 2019).

Diante dessa perspectiva, a política externa do governo Bolsonaro apresentou contradições que dificultaram sua sustentação a médio prazo, uma vez que conflitou com os interesses nacionais. Há um descompasso entre a tentativa de reorientação internacional promovida pelo governo e as condições objetivas para sua implementação. Fatores como as bases domésticas, a atuação de grupos de interesse, a burocracia e a configuração do sistema internacional não acompanham essa reorientação na mesma intensidade. Esse desalinhamento evidencia uma divergência entre a ideologia governamental e o pragmatismo necessário para atender aos diversos interesses internos, especialmente os vinculados à burguesia nacional. Em razão disso, a política externa foi ajustada internamente, de forma a minimizar possíveis prejuízos a grupos nacionais estratégicos, como a China (SILVA, 2022).

Vale ressaltar que durante o governo de Jair Bolsonaro as relações econômicas entre os dois países pouco foram abaladas. Como é possível visualizar no gráfico 1 (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), entre os anos de 2019 e 2022 há um crescimento substancial no valor exportado para a China, sendo em 2019 o valor, aproximado, de US\$ 63 bilhões com um crescimento para US\$ 86 bilhões. Tal divergência entre o discurso político e econômico no relacionamento dos

dois Estados afirmam, principalmente, dois argumentos. O primeiro, como mencionado acima, seria a discordância entre o discurso de desconfiança e afastamento do governo Bolsonaro e as ações tomadas pelo governo que representaram mais continuidades do que rupturas em relação aos governos anteriores. Além disso, deve ser mencionado a estratégia chinesa durante esse período, em entrevista à BBC News Brasil, o diretor de Conteúdo e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), afirma que os investimentos chineses no Brasil são de longo prazo e devem nortear o relacionamento entre os países, diferentemente dos governos começam e acabam em um espaço menor de tempo, no entanto é sempre ser benéfico quando relação diplomática e econômica convergem (LIMA, 2016).

Além disso, a política comercial brasileira buscou um equilíbrio entre os compromissos mantidos com o sistema internacional e os demais Estados e a inserção das ideologias de Jair Bolsonaro, principalmente nas relações Brasil e China, ao passo que o Ministério da Agricultura, importante agende dentro da política brasileira, defendia as relações comerciais com o país asiático, visto sua ampla participação nas exportações brasileiras (HIRST, 2022).

Diante desse contexto, a análise das relações políticas sino-brasileiras revela uma evolução complexa e heterogênea ao longo do tempo, permeada por fases de distanciamento e aproximação. O rápido ascenso da China como potência econômica global desencadeou uma reorientação estratégica do Brasil em busca de oportunidades e parcerias diversificadas no cenário internacional. O histórico dessas relações, desde o século XIX até o governo Bolsonaro, evidencia momentos de interrupção e retomada, influenciados por contextos geopolíticos globais e transformações econômicas.

A trajetória das relações Brasil-China, marcada pelo pragmatismo diplomático durante a Ditadura Militar e a consolidação das parcerias sob o governo Lula, destaca-se como um capítulo significativo na inserção internacional do Brasil. A colaboração em iniciativas como o Programa CBERS e a intensificação do comércio bilateral contribuíram para a consolidação de uma interdependência econômica que transcendeu os limites regionais (LIMA, 2016).

Contudo, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência introduziu uma nova dinâmica nas relações entre os Estados. A proximidade com os Estados Unidos, Israel e Taiwan, associada ao distanciamento político em relação à China, sinaliza uma

mudança de ênfase na política externa brasileira. A ambivalência do governo Bolsonaro em relação à China, materializada por meio de reticências e ausência de críticas diretas, sugere a influência de fatores como a aproximação política com os EUA e a assimilação de elementos da política externa norte-americana.

Apesar de a visita de Bolsonaro a Taiwan, ter desafiado o princípio de "uma só China", que gerou incertezas nas interações entre os países. As manifestações iniciais de desconfiança em relação à China foram gradualmente superadas, notadamente após a visita do vice-presidente Hamilton Mourão a Pequim. A normalização das relações bilaterais, impulsionada por pressões econômicas, intervenção de Mourão e considerações estratégicas, destaca a complexidade dessas relações no contexto das mudanças globais e das dinâmicas internas brasileiras.

Assim, a inserção chinesa na política brasileira contemporânea reflete uma interdependência econômica consolidada ao longo de décadas. Enquanto a China se torna um ator central nas transações comerciais e investimentos no Brasil, essa dinâmica complexa transcende o âmbito econômico, influenciando ajustes estratégicos e decisões políticas. O desafio para o Brasil consiste em gerenciar essa interdependência de maneira a promover seus interesses nacionais, ao mesmo tempo em que mantém uma abordagem pragmática e equilibrada em suas relações com a República Popular da China.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou analisar as relações bilaterais entre Brasil e China, destacando as transformações na política externa brasileira ao longo de governos sucessivos e como elas culminaram em dinâmicas específicas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022). A partir de uma abordagem que conectou o contexto histórico, a análise de políticas econômicas e os desdobramentos ideológicos, foi possível compreender as nuances de um relacionamento complexo, marcado tanto pela dependência econômica quanto por tensões políticas e ideológicas.

Ao longo do governo Lula (2003 – 2010), o Brasil consolidou sua parceria estratégica com a China, caracterizada por uma aproximação pragmática e multilateral. Sob a liderança de Lula, a China emergiu como o principal parceiro

comercial do Brasil, impulsionada pela demanda por commodities brasileiras e pelos investimentos em setores estratégicos, como infraestrutura e energia. Essa relação foi formalizada por meio de iniciativas como o Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010 – 2014, que estabeleceu um quadro para o aprofundamento da cooperação bilateral e da diversificação econômica (FIERRO, 2021; BRASIL, 2010).

Durante o governo Dilma Rousseff (2011 – 2016), houve continuidade no fortalecimento das relações sino-brasileiras, embora a dinâmica interna brasileira e os desafios econômicos globais tenham afetado o ritmo da parceria. A ênfase na inovação tecnológica e na colaboração em ciência e tecnologia marcou esse período, com destaque para a expansão do Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), símbolo da cooperação bilateral (LIMA, 2019; FIERRO, 2021).

Já no governo Bolsonaro, as relações entre Pequim e China foram redefinidas em um contexto de tensões ideológicas e pragmatismo econômico. O alinhamento do governo brasileiro com a extrema direita global e sua retórica anti-China trouxeram desafios à diplomacia bilateral. Declarações polêmicas de membros do governo, como durante a pandemia de COVID-19, geraram tensões diplomáticas que contrastavam com a dependência econômica mútua. Apesar disso, a China manteve-se como o principal destino das exportações brasileiras, especialmente no agronegócio, consolidando o pragmatismo como elemento central das relações bilaterais (CASARÕES, 2021).

Um ponto destacado foi a atuação de figuras políticas dentro do governo Bolsonaro, como o vice-presidente Hamilton Mourão, que desempenhou um papel crucial na manutenção da estabilidade das relações com a China. A viagem de Mourão à China em 2019 exemplificou como a pressão do agronegócio e a interdependência econômica moldaram a política externa brasileira, mesmo em meio a um discurso ideológico divergente (FIERRO, 2021; CASARÕES, 2021).

Além disso, o trabalho explorou a resiliência das relações comerciais entre os dois países, evidenciada pela manutenção e crescimento das exportações brasileiras, que continuam a ser impulsionadas pela demanda chinesa por commodities. Essa relação comercial robusta ilustra como as necessidades econômicas frequentemente superam as divergências ideológicas, destacando a força do pragmatismo nas relações internacionais contemporâneas (FIERRO, 2021; LIMA, 2019).

Conclui-se que a política externa brasileira em relação à China, ao longo das últimas décadas, foi moldada por uma combinação de pragmatismo econômico e

mudanças ideológicas internas. Embora o governo Bolsonaro tenha adotado um discurso de confronto ideológico, as bases econômicas da relação bilateral permaneceram estáveis, reforçando a importância da China como parceiro estratégico para o Brasil. Esse período ilustra a complexidade das relações internacionais brasileiras, onde interesses econômicos coexistem com tensões políticas (CASARÕES, 2021; BRASIL, 2010).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRUCHO, Luis. Por que ataques de Bolsonaro à China não prejudicaram comércio com o Brasil. **BBC News Brasil**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58099335> >. Acesso em: 02 nov 2023..

BRASIL. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. Promulgado em 15 de Abril de 2010. Disponível em: < <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6692?tipoPesquisa=2&TipoAcordo=BL&TextoAcordo=Turismo&IdEnvolvido=58> >. Acesso em: 20 de Out de 2024.

CASARÕES, G. S. P. E; BARROS LEAL FARIAS, D. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 1–21, 1 out. 2021. Acesso em: 25 de Out de 2024.

COMEXSTATS, Dados Gerais. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**. Atualizado em 06/11/2024. Dados entre 01/1997 e 10/2024. Disponível em < <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> >.

CRUZ, André. El comercio exterior de Brasil y Jair Bolsonaro. **Forbes México**, 17 de abr. 2018. Disponível em: <https://www.forbes.com.mx/el-comercio-exterior-de-brasil-y-jair-bolsonaro/> >. Acesso em: 24/06/2023.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. J. Destrução. In: EATWELL, R.; GOODWIN, M. J **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. 1. ed. São Paulo: Record, 2020. p. 101-132.

G1. EUA grampearam Dilma, ex-ministros e avião presidencial, revela WikiLeaks. **GloboNews**. Brasília. Publicado em: 04 de jul de 2015. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/lista-revela-29-integrantes-do-governo-dilma-espionados-pelos-eua.html> >. Acesso em: 07/11/2023.

FIERRO, T. Cambio Y Política Exterior. La Relación De Brasil Con China En Los Albores Del Siglo XXI: De Lula A Bolsonaro. **10º Simposio Electrónico Internacional sobre Política China**. Disponível em: < [https://www.researchgate.net/publication/331987692 Cambio y politica exterior La relacion de Brasil con China en los albores del siglo XXI de Lula a Bolsonaro](https://www.researchgate.net/publication/331987692_Cambio_y_politica_exterior_La_relacion_de_Brasil_con_China_en_los_albores_del_siglo_XXI_de_Lula_a_Bolsonaro) >. Acesso em: 25/10/2024.

FRENKEL, Alejandro. El mundo según Bolsonaro. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires. Disponível em: < <https://www.nuso.org/articulo/el-mundo-segun-bolsonaro/> >. Acesso em: 24/06/2023.

FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar. **Política Externa**, São Paulo , v. 11, n. 4, p. 59-70, maio 2003.

HIRST, M.; MACIEL, T. **A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO**. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: < <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771> >. Acesso em: 25/04/2023.

KEEDI, Samir. **ABC do Comércio Exterior**. 6. ed. São Paulo. Aduaneiras, 2007.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Brasil). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília, DF: Fundação Alexandre De Gusmão, 2016. Disponível em: < [https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-202-brasil\\_e\\_china\\_40\\_anos\\_de\\_relacoes\\_diplomaticas\\_analises\\_e\\_documentos](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-202-brasil_e_china_40_anos_de_relacoes_diplomaticas_analises_e_documentos) >. Acesso em: 30/10/2024.

LISBOA, M. T.; POZO, K. B. Política Externa, Relações Internacionais e Políticas Públicas: uma discussão conceitual. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais - RPPI**, v. 6, n. 2, 2 dez. 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (Brasil).

MEDEIROS, Aimê. **A política externa no governo Bolsonaro (2019-2022) sob a ótica do framing**. Goiás, 2022. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5083> . Acesso em: 22/04/2023.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187–201, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10/06/2023.

MILANOVIĆ, B. The Rise of Middle Class and Global Plutocrats. In: MILANOVIĆ, B. **Global Inequality: a New Approach for the Age of Globalization**. Cambridge ; London: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2016.

MENDES, Diego; MOLITERNO, Danilo. Abertura internacional do Brasil nos últimos anos favoreceu economia, dizem especialistas. **CNN Brasil**, São Paulo, Mar. 2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/abertura-internacional-do-brasil-nos-ultimos-anos-favoreceu-economia-dizem-especialistas/>>. Acesso em: 22/06/2023.

MUDDE, Cas. História. In: MUDDE, Cas. **A Extrema Direita Hoje**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022. p. 25-38.

PASSOS, Rodrigo. **Uma política externa no governo Bolsonaro?** In: CORSI, F; SANTOS, A; MENDONÇA, M. América Latina e os impactos multidimensionais da pandemia. São Paulo: Praxis, 2022. p. 105-124.

QUIZABEIRA, Larissa. Bolsonaro já chamou refugiados sírios de “escória do mundo”? **Jornal Opção**, Mar. 2018. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/bolsonaro-ja-chamou-refugiados-sirios-de-escoria-do-mundo-118769/>>. Acesso em: 10/11/2023.

ROCHA, Rosely. Mais um insulto: Bolsonaro chama nordestinos de analfabetos. **Central Única dos Trabalhadores**, São Paulo, Out. 2022. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/mais-um-insulto-bolsonaro-chama-nordestinos-de-analfabetos-6348>>. Acesso em: 22/06/2023.

SCHOSSLER, Alexandre. Altos e baixos nas relações entre Brasil e EUA. **DW**, Alemanha, Fev. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/altos-e-baixos-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-entre-brasil-e-eua/a-64642567>>. Acesso em: 01/11/2023.

REIS DA SILVA, A. L. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction**, v. 2, n. 1, p. 1–26, 2022. Disponível em: <<https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html?lang=en>>. Acesso em: 23/06/2023.

TATSCH, Luisa. **A Política Externa Do Governo Lula: Um Novo Pragmatismo Responsável?** Rio Grande do Sul, 2011. 214 p. Dissertação (Pós-graduação em Ciência Política). Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61194>>. Acesso em: 01/06/2024.

VIDIGAL, Carlos. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47**, Brasília, v. 20, p. 1-16, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/27792/24440>>. Acesso em: 20/04/2023.

VILLELA, Eduardo. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. 2004. Iniciação Científica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <<https://www4.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em: 19/10/2023.

VON BEYME, Klaus. Right-wing extremism in post-war Europe. In: VON BEYME, Klaus. **Right-wing Extremism in Western Europe**. Routledge, 1988. p. 1-19.